

UM OLHAR DA PSICOLOGIA PARA AS RELAÇÕES DE MATERNAGEM: SER FILHA PARA PODER SER MÃE¹

Débora Thaís Schwarz²

Bernardete Pretto³

Resumo: A realidade de famílias que estão afastadas judicialmente por questões legais é bastante complexa e permite muitos olhares, sendo um deles o da Psicologia. Nesta pesquisa, cujo objetivo foi compreender qual o papel da Psicologia no trabalho com as mães, buscou-se realizar uma análise e articulação entre o que se observou na prática do Estágio Curricular Básico em um Centro de Referência de Assistência Social, através de um caso que foi acompanhado. A partir dele foram feitos recortes para esta escrita, articulando-os com estudos e leituras que se referem à temática da maternagem. O estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, a partir de um relato de experiência. O referencial teórico utilizado se baseia na temática da maternagem e ajuda tanto a compreender aspectos inerentes ao espaço em que ocorreu o atendimento quanto a refletir sobre questões observadas durante o atendimento psicológico. Para fundamentar teoricamente esta escrita e embasar as articulações propostas, buscou-se referenciais da psicologia, da psicanálise e da psicologia social, através de autores como David Epelbaum Zimerman, Donald Woods Winnicott, Elisabeth Badinter, Elisabeth Roudinesco, Laura Gutman, Leonardo Boff, bem como de artigos de revistas. Concluiu-se que o profissional de Psicologia tem fundamental papel no atendimento dessas mães, sendo um deles o de propiciar um espaço de escuta, acolhimento e cuidado às suas dificuldades, fomentando uma maternagem que essas mães podem não ter experimentado, até então, mas que poderão passar a desenvolver e desempenhar com seus filhos.

Palavras-chaves: Psicologia. Maternagem. Vivências pregressas.

1 INTRODUÇÃO

A experiência da maternagem se dá de forma singular para cada ser humano. Ela envolve aspectos psicológicos, fisiológicos e sociais que, conjuntamente, interferem nessa vivência. No presente trabalho, busca-se analisar como a relação que as mães tiveram com suas próprias mães e/ou com aquele/a que exerceu a função materna na sua infância pode afetar positiva ou negativamente sua relação com seus próprios filhos.

Para construir o artigo, a pesquisadora buscou realizar uma análise e articulação entre o que observou na prática do Estágio Curricular Básico em Psicologia, a partir de um caso que acompanhou e em estudos e leituras que abordam

¹ Artigo produzido na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Psicologia, da Universidade do Vale do Taquari – Univates.

² Graduanda do Curso de Psicologia, Universidade do Vale do Taquari – Univates, *deborathais_s@hotmail.com*

³ Psicóloga, Mestra em Psicologia do Desenvolvimento pela UFRGS e professora da Universidade do Vale do Taquari – Univates, *bepretto@univates.br*

a temática da maternagem. É importante salientar que o mesmo visa também compreender como o trabalho da Psicologia, em sua proposta de escuta e de cuidado, pode contribuir para uma mudança positiva na forma como uma mãe exerce a maternagem com seus filhos, pensando em mães que estão judicialmente afastadas dos mesmos.

Em seu trabalho, o profissional da psicologia pode problematizar a temática da maternagem, tanto quanto pode compreender os seus efeitos sobre uma mãe que não vivenciou com sua família de origem uma boa relação afetiva, ajudando-a a refletir sobre a importância do papel de filha para a constituição do posterior papel de mãe. Algumas indagações surgiram desse contato com a mãe, sendo uma delas a de que nem todas as mulheres tenham condições psíquicas para serem boas mães, remetendo isso ao fato de que a maternagem “diz respeito aos recursos psíquicos que uma mãe emprega para que seu filho se constitua como sujeito” (STELLIN et al., 2011, p. 172). Poder-se-ia pensar, a partir disso, que os recursos psíquicos que uma mãe emprega na relação com seus filhos estariam diretamente relacionados a aspectos referentes ao momento em que elas experimentaram, como crianças, no seu passado, o papel de filhas na relação familiar? Também se poderia pensar nas questões sociais, históricas e culturais que perpassam a concepção de maternagem e a visão que temos sobre o que é ser uma boa mãe?

Para compreender como se deu a relação terapêutica neste caso, também se fez imprescindível contextualizar os atendimentos, bem como o local em que eles se deram. Os atendimentos aconteciam em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), serviço que tem como principal função pensar na família e não no sujeito individualmente. Sendo assim, os atendimentos eram realizados com a mãe, no entanto o objetivo era pensar no fortalecimento dos vínculos familiares, estando em primeiro plano os filhos, já que estes são os mais vulneráveis em meio aos conflitos vivenciados dentro e fora do contexto familiar. O desafio que se apresentou a partir dessa situação foi o de pensar como essa mãe conseguiria passar a ser protetiva para com seus filhos, já que, no passado, não havia conseguido sê-lo. Afinal, o afastamento dos filhos foi em decorrência de sua negligência e falta de condições de cuidado para com eles.

Para desenvolver este trabalho, utilizou-se recortes dos atendimentos realizados com essa mãe, os quais podem ser compreendidos como disparadores de análise. Tais recortes ajudaram a pensar sobre a maternagem, a partir daquilo que

afetou de alguma forma a pesquisadora, inquietando-a ao ponto de buscar se inteirar mais sobre o assunto. Para fundamentar teoricamente esta escrita e embasar as articulações propostas, buscou-se referenciais da Psicologia, da Psicanálise e da Psicologia Social, com auxílio de autores como David Epelbaum Zimerman, Donald Woods Winnicott, Elisabeth Badinter, Elisabeth Roudinesco, Laura Gutman, Leonardo Boff, bem como de artigos de revistas.

O artigo está dividido em três capítulos, da forma apresentada a seguir: O primeiro capítulo - “Contextualizando o espaço do CRAS” – se propõe a abordar a ótica do serviço em que ocorreu o atendimento, objeto do estudo do caso em questão, além de pensar a Psicologia neste espaço. O segundo capítulo - “Relações atravessadas por uma história” - contextualizará o caso que culminou no presente artigo, introduzindo algumas reflexões sobre as possíveis condições para uma boa maternagem. O terceiro capítulo - “Psicologia produzindo a maternagem” - mencionará aspectos inerentes ao papel do psicólogo, buscando também ampliar a visão para tantos outros casos semelhantes presentes nos serviços de atendimento público. Espera-se que as reflexões apresentadas a seguir contribuam, de forma relevante, para uma abordagem mais assertiva por parte de quem se propõe a trabalhar em contextos semelhantes e com sujeitos tão fragilizados psiquicamente, possibilitando assim, que essas pessoas sejam compreendidas e apoiadas em sua singularidade.

2 CONTEXTUALIZANDO O ESPAÇO DO CRAS

Antes de pensar no caso, torna-se essencial situar, como já foi mencionado anteriormente, que o acompanhamento aconteceu em um CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), por uma psicóloga que ali atuava e que a participação da pesquisadora foi como estagiária de psicologia. Percebe-se que os objetivos a que se propõe o serviço influenciam diretamente na forma de condução do caso, sendo, por isso, importante falar um pouco sobre tal serviço.

O CRAS se caracteriza por “uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)” (BRASIL, 2009, p. 9). Como eixos do SUAS, o CRAS possui a matricialidade sociofamiliar e a territorialização, sendo que o primeiro eixo diz respeito “à centralidade da família como

núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social” (BRASIL, 2009, p. 12), enquanto a territorialização remete “à centralidade do território como fator determinante para compreensão das situações de vulnerabilidade e riscos sociais, bem como para seu enfrentamento” (BRASIL, 2009, p. 13). Reconhecendo-se a necessidade de pensar nas vulnerabilidades de cada grupo familiar, a tarefa do CRAS pode ser entendida como uma forma de prevenir algum dano ao qual essas famílias estejam suscetíveis.

O Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) é um serviço obrigatório, ofertado exclusivamente pelo CRAS, que reconhece “a família como espaço privilegiado de proteção e desenvolvimento das pessoas, e tem por objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2009, p. 32). Cabe aqui, esclarecer a noção de família como “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (BRASIL, 2005, p. 9).

Detoni e Nardi (2012, p. 65) trazem à discussão o conceito de família, “organizada por um modelo ligado à heterossexualidade compulsória e ao patriarcado”, reiterando assim que “é preciso construir na rede de políticas públicas um olhar para as relações de gênero e reconhecer os sujeitos nas suas diferentes formas de existência, em especial na Proteção Social Básica nos serviços dos CRAS” (69).

Já Roudinesco (2003, p. 153) aborda a construção de “uma nova ordem familiar recomposta” em que crianças antigamente apelidadas de “bastardas” – “quando educadas sob a autoridade de dois pais e duas mães, e sob o mesmo teto que seus meios-irmãos ou suas meias-irmãs” –, passam a ser chamadas como “naturais”.

Essas questões levam a pensar no modo como o Estado e os serviços veem as famílias que necessitam dos serviços públicos. Percebe-se muitas vezes um olhar pré-formado das mesmas, onde o Estado teria um controle sobre elas, tomando-as cada vez mais em uma lógica de individualização e culpabilização. Ao que se percebe a esse respeito, também cabe reiterar que,

[...] tanto as ações que enfatizam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, quanto as que enfatizam sua reconstrução, partem do pressuposto de que eles já se encontram fragilizados, inadequados ou fora de uma ordem que é esperada, necessitando de intervenções que os potencialize, permitindo que as famílias possam sair da zona de

vulnerabilidade social na qual são caracterizadas (RODRIGUES; GUARESCHI; CRUZ, 2013, p. 13).

A partir destes aspectos pensa-se no papel da psicóloga no CRAS, já que sua “relação com a equipe e o usuário deve pautar-se pela parceria, pela socialização e pela construção do conhecimento, respeitando o caráter ético conforme determina o Código de Ética Profissional do psicólogo” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 27).

Para contextualizar o trabalho da profissional da Psicologia no CRAS, é preciso ter em mente que “pensar-fazer políticas de saúde exige, então, criação de dispositivos, exige criação de espaços de contratualização entre os diversos atores que compõem as redes de saúde, exige um estar com o outro: usuário, trabalhador, gestor” (BENEVIDES, 2005, p. 24).

Um dos pontos que guiam a Política Nacional de Assistência Social e diz respeito a psicóloga estabelece que “os(as) profissionais da Psicologia precisam estar atentos(as) aos processos de sofrimento instalados nas comunidades, nos territórios onde as famílias estabelecem seus laços mais significativos” (BRASIL, 2007, p. 21).

A atuação da psicóloga dentro das políticas públicas do SUAS “deve estar fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social” (BRASIL, 2007, p. 32).

O CRAS tem como objetivo o desenvolvimento local, buscando potencializar o território de modo geral. O foco da atuação do CRAS é a prevenção e promoção da vida, por isso o trabalho do psicólogo deve priorizar as potencialidades. Nossa atuação deve se voltar para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade. A atuação do psicólogo no CRAS tem foco na prevenção e “promoção de vida”, mas isto não significa desconsiderar outros aspectos relacionados às vulnerabilidades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007, p. 12).

Com base no que foi exposto até aqui, pode-se entender a importância do papel da psicóloga no CRAS, bem como a amplitude de suas intervenções. Pensando no caso tratado a seguir, observa-se que a ideia de “priorizar as potencialidades”, como descrito acima, foi o foco do trabalho desenvolvido, sendo assim, olhar para os aspectos referentes à maternagem torna-se fundamental neste caso.

3 RELAÇÕES ATRAVESSADAS POR UMA HISTÓRIA

Conforme mencionado na introdução deste artigo, a vivência de estágio em Psicologia, onde a pesquisadora pôde participar como observadora do atendimento psicológico de uma mãe que estava em acompanhamento no CRAS, despertou o interesse em compreender mais sobre a maternagem. No caso, a mãe estava afastada dos três filhos, os quais tinham, respectivamente, 15, 11 e 5 anos, e se encontravam em uma instituição de acolhimento, por ela não conseguir exercer a função protetiva para com os mesmos.

Ao longo do ano em que a mãe foi acompanhada, vários direcionamentos foram dados ao caso, sendo um deles o contato dos filhos com a mãe durante essa institucionalização, uma vez que passaram a se ver nos finais de semana. Nos últimos meses que a pesquisadora acompanhou o caso, as crianças estavam frequentando a casa da mãe nos finais de semana, ora intercalados, ora seguidos. Foi a partir dessa aproximação, da mãe com seus filhos, que se pôde perceber suas fragilidades em exercer a maternagem, de modo que os atendimentos no serviço buscaram auxiliá-la a pensar na sua função materna e no seu papel de mãe.

Os atendimentos ocorriam uma vez por semana, com duração de, mais ou menos, 45 minutos. No segundo semestre do ano, eles ocorriam quinzenalmente com ela e quinzenalmente com ela e o companheiro. Entretanto, o companheiro nem sempre comparecia aos atendimentos. Também, da metade do ano em diante, as crianças passaram a frequentar o grupo de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares, juntamente com a mãe, e um dos filhos começou a participar de encontros do grupo de Adolescentes promovidos pelo CRAS.

O trabalho da psicóloga e da equipe foi um facilitador para uma maior aproximação entre a mãe e seus filhos, já que, com o passar do tempo e a evolução dos atendimentos, os filhos começaram a frequentar a casa dessa mãe. Nos encontros com a psicóloga, a mãe relatava aspectos do cotidiano relacionadas a questões com eles, como, por exemplo, as dificuldades em organizar as tarefas da casa, de modo a que os filhos contribuíssem para isso. Porém, não percebia que o afastamento havido ao longo de quase três anos os marcou e, por vezes, modificou seus comportamentos e percepções da realidade ao seu redor. Ou seja, seria necessário que eles voltassem a se reconhecer mutuamente. A esse respeito, Gutman

(2013, p. 279) infere que “não olhar e não reconhecer as especificidades do outro também é uma forma de violência”.

Em alguns momentos, a mãe relatava fatos que ocorriam nos finais de semana em que estava com os filhos, e, por vezes, percebia-se como ainda era frágil este exercício de cuidado e proteção dela para com seus filhos. Boff (2013, p. 37), ao falar sobre o cuidado, menciona que este “é mais que um *ato*; é uma *atitude*. Portanto, abrange mais que um *momento* de atenção, de zelo e de desvelo. Representa uma *atitude* de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”. Boff (2013, p. 39), ainda ao falar sobre cuidado, diz que,

se não receber cuidado, desde o nascimento até a morte, o ser humano desestrutura-se, define-se, perde sentido e morre. Se, ao longo da vida, não fizer com cuidado tudo o que empreender, acabará por prejudicar a si mesmo por destruir o que estiver à sua volta. Por isso o cuidado deve ser entendido na linha da essência humana.

Para o pediatra e psicanalista Winnicott (1896-1971), a compreensão da maternagem envolve o cuidado da mãe com seu filho, sendo esta exercida desde o início da vida do bebê, de uma maneira boa e protetora. Parece que essa função falhou no caso em questão. Não se trata aqui somente dos cuidados fisiológicos, indispensáveis nessa fase da vida, mas também de desejo, de amor e de aconchego.

A mãe em questão chegou ao serviço do CRAS, encaminhada por outro serviço da rede de assistência social, já que no início dos atendimentos o foco era refletir sobre a separação dela dos filhos, pois o poder judiciário compreendeu que não se deveria reforçar vínculos com os filhos; entendia-se que ela não teria mais a guarda dos mesmos. Os atendimentos então, buscavam saber por que a mãe, mesmo não conseguindo exercer esse papel protetivo de cuidado para com os filhos, entendia que deveria estar com eles. A partir de reuniões realizadas com a rede de serviços que discutia o caso, percebeu-se que houve uma interpretação errônea a respeito do que havia sido definido legalmente para essa mãe. Ou seja, compreendeu-se que ela teria condições de manter contato com os filhos, e a partir desse momento iniciou-se o trabalho de preparação para tal reaproximação.

Com esse movimento, os atendimentos mudaram sua lógica, e passou-se a pensar na volta dos filhos ao convívio diário com a mãe. Para isso, fez-se necessário compreender o funcionamento dessa mãe, as razões que a impossibilitaram de

conseguir exercer uma boa maternagem com seus filhos e também perceber aspectos que possibilitassem pensar se ela poderia exercê-la posteriormente.

Poucas foram as vezes em que a mãe pôde se dar conta da importância da sua história de vida, dos seus próprios conflitos na vivência atual com os filhos. Nos atendimentos, aparecia muito mais a necessidade de auxiliá-la a dar conta do presente e a estruturar uma boa maternagem. Esse acompanhamento também objetivou fazer com que a mãe pensasse nas questões práticas envolvidas no retorno dos filhos, como por exemplo: levá-los à escola; pensar sobre qual escola eles frequentariam; o que fariam no turno oposto, pois se percebia sua dificuldade em lidar com a realidade. Da mesma forma, também era evidente o quanto era complicado para ela dar sentido às situações e poder construir um raciocínio que não fosse apoiado somente em fatos concretos.

Em relação ao afastamento dos filhos e à permanência deles em uma instituição de acolhimento, essa mãe reconhecia sua falta em não ter sido protetiva com os mesmos. Mencionava não ter conseguido tirar seus filhos da relação violenta em que estavam, pensando que o pai de seus filhos e companheiro dela na época, por vezes, era agressivo, fazia uso de bebida alcoólica em demasia, como também usava de violência física com os filhos.

No início dos atendimentos, ela falou sobre seu relacionamento atual, relatando morar junto com o companheiro, sendo que isso lhe possibilitava ter seus filhos de volta, ter um lugar para oferecer quando eles retornassem. Relatava muitas questões sobre esse companheiro atual e de como conseguia se perceber mais mulher que antes, ao fazer comparações com o seu ex-marido, pai dos seus filhos. Falava de sua vontade de se cuidar e de como sentia-se valorizada atualmente. Em sua vida, até então, havia sido pouco valorizada como pessoa e como mulher. Mas, também se percebia uma relação de controle/submissão nesse relacionamento. Por vezes, ela o descrevia como uma pessoa maravilhosa, mas em outros momentos dizia depender dele para tudo, tanto financeiramente, quanto em relação à moradia e à própria valorização pessoal. Pensar essa relação entre ela e o companheiro implica em também pensar na forma como se percebe a figura da mulher e do homem na família, já que “as raízes históricas do “cuidado” remetem-nos às atividades exercidas pelas mulheres. Cabia aos homens repelir o que era perigoso e às mulheres manter a continuidade da vida” (PEREIRA, 2009, p. 91).

Algumas vezes, durante o ano do acompanhamento, ela buscou emprego. Da mesma forma, pediu auxílio para a psicóloga com os currículos, mas não conseguiu nenhuma vaga. Percebia-se uma ambivalência que levava a pensar se ela realmente queria um trabalho, parecendo mais cômodo, em alguns momentos, permanecer nessa situação de dependência.

Ao longo dos atendimentos, foi possível perceber que essa mãe, enquanto filha, também não recebeu uma boa maternagem, podendo ser este um dos motivos pelos quais era difícil para ela exercer tal papel com seus filhos no presente. Da mesma forma, como havia sido no passado, quando os mesmos foram encaminhados à uma instituição de acolhimento. Pensando que todos os seres humanos são extremamente dependentes de alguém que os cuide e dê afeto, principalmente nos primeiros anos de vida, acredita-se na importância que essas vivências precoces exercem sobre o psiquismo e sobre o desenvolvimento como um todo.

Desta maneira, faz-se necessário olhar para as referências que essa mãe teve, tanto da figura materna como da figura paterna. Sua mãe era prostituta, sendo que, inicialmente, não sabia quem era o pai de sua filha. Hoje em dia, quase trinta anos após seu nascimento, a mesma está em busca de seu pai, alegando querer resolver uma parte de sua história. Quando criança, não havia a figura paterna, ou mesmo alguém que a representasse, já que sua mãe, que estava com vários homens ao mesmo tempo, também não conseguia exercer tal papel. Poder-se-ia pensar que essa falta do pai, deste terceiro, tenha vindo a interferir nas vivências que ela teve? Até que ponto essa mãe conseguiu ser protetiva para com esses filhos?

Segundo a visão proposta pela psicanálise, é a instância paterna, enquanto aquela que ocupa uma função reguladora, mediadora na relação da criança com a realidade, a que dará suporte para a constituição do superego, da lei e do limite.

É uma banalidade dizer que as mulheres que maltrataram geralmente foram também maltratadas. Toda mulher que tem um bebê é, de fato, remetida a uma identificação com sua própria mãe. Essas mulheres, nesse retorno, encontram o ódio: ódio de sua mãe ou de seus pais, ódio de si mesmas, de tanto que foram desvalorizadas, humilhadas, abandonadas à sua aflição e à sua solidão de criança. Reproduzir os maus-tratos é uma maneira de viver a criança como “geneticamente” ligada a elas, assim como elas estiveram “geneticamente” ligadas a suas próprias mães (BOUKOBZA, 2009, p. 214).

A primeira gravidez da mãe em questão foi indesejada, resultado de um abuso sexual sofrido quando adolescente. Durante essa gestação, usava drogas, talvez

como forma de amenizar seu sofrimento, ou mesmo esquecer aquilo pelo que havia passado. Ao abordar esse momento inicial com seu bebê, ela relatou que vivia na rua, com medo de alguém tirar seu filho dela. Não havia com quem contar, já que havia sido expulsa da casa da mãe, bem como da casa de uma tia, onde havia ficado algum tempo. Foi então, acolhida por uma família, onde recebeu o mínimo de afeto que lhe permitiu exercer a maternagem para com seu filho. Essa família foi um suporte para ela naquele momento e, quem sabe, posteriormente, se pensarmos que essa vivência contribuiu positivamente para sua estruturação psíquica.

Pensar na maternagem implica em pensar também no período da gravidez. O período gestacional permite que a mulher se firme como mãe, a partir do seu psiquismo, ou seja, é um tempo em que ela vai se adaptar a esta nova situação e passar a reconhecer o bebê como seu filho (STELLIN et al., 2011).

Não importa o nível de conflitos que a mãe experimente durante a criação do filho. Destacamos a necessidade imperiosa de que tenha consciência de sua própria busca. Quando a mãe se questiona, imediatamente libera o filho, pois assume a própria sombra (GUTMAN, 2013, p. 23).

Winnicott (2005, p. 21) afirma que já se constatou “na mãe grávida uma identificação cada vez maior com seu filho. A criança é associada pela mãe à ideia de um “objeto interno”, um objeto imaginado para ser instalado dentro e aí mantido”. Este tempo de gestação perpassa vários caminhos, sendo um deles a construção dessa mulher em tornar-se mãe, em querer gerar um filho, ou seja, diz respeito, principalmente, ao desejo de ser mãe; “muitas vezes ocorre um planejamento da gravidez, mas sem o desejo de ter filho [...] a exigência social é investida no lugar do desejo, na inexorabilidade de não recusar a maternidade” (STELLIN et al., 2011, p. 176).

No que se refere ao papel maternal, segundo Stellin et al. (2011), o principal recurso psíquico necessário para tal função é o que se relaciona ao desejo de ser mãe. Além disso, é necessário pensar na importância do reconhecimento de um outro, no caso o filho, para que a mulher consiga se colocar nesse lugar de mãe. Reconhecer o outro, diz respeito ao fato de conseguir se diferenciar deste outro e, assim, perceber-se como mãe.

Quando a criança possui uma mãe suficientemente boa, “seu ego é simultaneamente fraco e forte. Tudo depende da capacidade da mãe de dar apoio ao

ego. O ego da mãe está em harmonia com o ego do filho, e ela só é capaz de dar apoio se for capaz de orientar-se para a criança” (WINNICOTT, 2005, p. 24). Em sentido semelhante,

quando o par mãe-filho funciona bem, o ego da criança é de fato muito forte, pois é apoiado em todos os aspectos. O ego reforçado (e, portanto, forte) da criança é desde muito cedo capaz de organizar defesas e desenvolver padrões pessoais fortemente marcados por tendências hereditárias (WINNICOTT, 2005, p. 24).

Sendo assim, o fato de sua mãe também não ter planejado a gravidez, de não ter desejado inicialmente esta filha, converte-se numa questão a ser pensada, podendo estar aí a origem da reprodução dos sentimentos dela para com seus filhos. A Psicologia neste momento, se coloca como um facilitador para a ressignificação destes afetos e atravessamentos do passado desta mãe, já que muitas questões transgeracionais perpassam o caso.

Há aspectos do psiquismo e padrões de comportamento, de formas de agir, que sofrem a influência do meio e interferem na constituição da subjetividade. Ou seja, o sujeito é também efeito do que eram seus antepassados, de certa forma, e o que eles lhe legaram. Dessa maneira, busca-se o conceito de transgeracionalidade que, para a psicanálise, é a “transmissão psíquica entre gerações” (MELLO, 2009, p. 162). Ao nos constituirmos como sujeitos, somos atravessados por inúmeras instituições, sendo que a primeira delas é a família, interferindo diretamente na construção do psiquismo. Muitos aspectos dos sujeitos estão diretamente relacionados com a transgeracionalidade, de forma que, em algum momento, as questões que se tornam silenciosas nos sujeitos acabam por eclodir em algum outro integrante da família, ou mesmo vão passando de geração em geração.

Nesse sentido, pode-se perceber que muitas questões mal resolvidas com seu passado acabam por interferir em algumas atitudes dos filhos. O ciclo de violência em que eles foram criados acaba por interferir no modo como se relacionam com os demais, apresentando problemas nas relações, sendo exemplos disso: os conflitos que ocorriam dentro da instituição de acolhimento e na escola. Percebe-se também que muitas questões dessa mãe, as quais ela também não consegue significar em sua vida, acabam por eclodir nas vivências com os filhos. Sendo assim, considera-se

[...] que as crianças são sempre vítimas, devido à sua condição de crianças e por não terem possibilidade alguma de sair do circuito de violência em que estão imersas. Naturalmente, muitas crianças se transformam, por sua vez, em algozes de qualquer criatura um pouco mais fraca que cruze seu caminho, porque este é o modelo de relação que aprendem a cada dia (GUTMAN, 2013, p. 280).

Os aspectos que são repassados psiquicamente entre as gerações, podem significar algo que ainda não foi bem resolvido, sendo que esta transmissão pode ser a forma de conseguir elaborá-la. Nesse sentido, pode-se pensar que “os segredos, os traumas, as violências vividas, quando não faladas, eram transmitidas em bloco para a geração seguinte” (MELLO, 2009, p. 169).

No entanto, há aspectos que ficarão à espera de sentido, fazendo com que a criança possa mantê-los e constituir inclusões, como se lançar incessantemente em busca de sentido. Entretanto, há casos em que sendo a herança negativa, demasiadamente invasiva para um psiquismo que está se fundando, demarca que esta criança passe a se tornar um “continente do negativo”, onde ela ficará identificada ao impensável, ao irrepresentável, alienada no transgeracional (MELLO, 2009, p. 170).

As questões que passam de geração em geração não se dão apenas na ordem do não dito, mas também podem ser faladas. Gutfreind (2010) aborda vários aspectos no que se refere ao narrar as histórias do passado aos filhos, ressaltando-se a importância de conseguir nomear aquilo que foi vivido, seja para os filhos ou mesmo para si, como adultos. Assim que a lembrança da infância vier ao adulto, ele poderá compreender alguns gestos que tem como pai, retomando aquilo que vivenciou como filho, sendo que “não se trata de herança genética ou programada, mas relativa à transmissão intergeracional” (GUTFREIND, 2010, p. 67).

Percebeu-se, a partir dos relatos da mãe, o quanto ela revivia os conflitos pelos quais passou através dos filhos, o quanto não conseguia separar as questões que vivenciou e traduzi-las de uma forma mais amena para os filhos, não conseguindo filtrar suas vivências ruins, fazendo com que os filhos revivessem isso também.

A parentalidade é denominada por Gutfreind (2010, p. 27) como “o processo psicológico de se tornar mãe e pai”, sendo que esta tem grande influência na relação da mãe com seu filho, podendo de alguma forma gerar sintoma, pensando as relações futuras.

É necessário pensar também no que essa mãe vivenciou em relação ao modo como foi se constituindo como mulher e como mãe, como eram suas relações com sua família, quais perspectivas visava alcançar e o quanto já havia conseguido ser

resiliente em muitos momentos, porém não em todos. Gutfreind (2010, p. 31) defende que, “para se tornar psicologicamente disponível como pai e mãe, é preciso estar razoavelmente em dia com a sua própria história”; daí se depreende a importância de narrar a própria história, ou usando de conceitos psicanalíticos, repetir, recordar e elaborar o passado, como forma de compreendermos as atitudes que são tomadas no presente. Sendo assim, pode-se pensar que o papel do psicólogo é justamente este, de possibilitar esses movimentos durante o atendimento. E é este o ponto que apresenta-se a seguir.

4 PSICOLOGIA PRODUZINDO A MATERNAGEM

A relação que se estabelece no espaço de escuta promovido pela profissional da Psicologia diz respeito ao olhar que esta possui para com os pacientes que acompanha, bem como da forma como ela orienta seu trabalho. No caso aqui mencionado, alguns aspectos podem ser destacados a esse respeito, tal como, o papel da psicóloga que questiona esse outro que se coloca à sua frente e, que a partir destes questionamentos possibilita que este outro ressignifique a sua história. “A escuta precisa orientar-se para a singularidade do sujeito, possibilitando que ele expresse, fale e implique seu desejo” (BASTOS, 2009, p. 94). Ainda a este respeito, cabe mencionar que

a escuta não é uma função passiva; ela coloca em movimento o sujeito, fazendo-o falar, deparar-se com seu não saber, com suas dúvidas acerca de si e do mundo. A escuta é ativa, é preciso dar consequências a ela, como ir de encontro à satisfação e ao prazer de descobertas de um novo saber; novo saber que nos posiciona perante uma realidade da qual queremos participar e na qual queremos o direito de ter voz ativa (BASTOS, 2009, p. 94).

A psicóloga em seu papel, também busca tornar visível ao paciente aquilo que o mesmo não consegue perceber. No que diz respeito à escuta, trabalha-se com a técnica da associação livre, no entanto também fazendo intervenções quando necessário.

Os psicólogos procuram com seu trabalho conhecer e dar visibilidade ao que chamamos aqui de dimensão subjetiva ou psicológica da realidade. É a dimensão dos sentimentos, emoções, ações, sentidos, significados, desejos e pensamentos que os sujeitos vão construindo no decorrer da vida e que permite pensar e sentir algo em relação às outras pessoas e situações vividas (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 101).

Faz-se necessário discorrer que este olhar para com esse outro que se coloca à sua frente também está aliado à escuta mencionada e ambas estão associadas à ideia de cuidado na relação terapêutica. Isso se refere ao acolhimento. Ao acolher aquele que busca, de alguma forma, ser acolhido a partir de seus sofrimentos. Carvalho e Besset (2009, p. 269) afirmam que há duas formas de perceber o cuidado e, ao analisar este caso, afirma-se um cuidado “pelo viés da autonomia, do acolhimento, da escuta e do respeito ao desejo do sujeito”. Isso porque os atendimentos se baseavam muito na lógica de escutar a mãe em relação às suas questões, e perceber as suas potencialidades e fragilidades a partir de seu discurso.

Antes mesmo de ser uma ação, o cuidar caracteriza uma atitude. Na ausência desta atitude – que exprime a consideração pelo outro e por suas necessidades – as ações do cuidar perdem sua motivação ética, desvalorizam-se e deterioram. Considerado nessa perspectiva, o cuidar revela sua dimensão ética, alicerçada no reconhecimento da alteridade e seus correlatos, na diminuição do narcisismo e da onipotência (PLASTINO, 2009, p. 53).

No atendimento, a psicóloga busca resgatar algumas questões traumáticas desta usuária, já que se acredita que, ao repetir essas questões, trazendo-as para a consciência, acaba por recordá-las e pode, então, elaborá-las de uma outra maneira, resignificando-as. Como afirma Gutfreind (2010, p. 99), “é preciso falar para espargir fantasmas (dos pais) e deixar os outros (os filhos) livres das piores projeções”.

Ao resgatar essas questões do paciente, a psicóloga se coloca como continente, sendo que esse termo se refere à “capacidade de uma mãe (ou de um psicanalista) em ‘conter’ as angústias e necessidades do seu filho (ou paciente)” (ZIMERMAN, 2004, p. 82). Ainda a esse respeito Zimerman (2004, p. 220) diz que ser continente

[...] pode ser considerado como o essencial, possibilita que o analista contenha as angústias, as necessidades, as demandas e os ataques que o paciente projeta dentro dele; logo, é de fundamental importância na composição da “atitude psicanalítica”.

Pensa-se que o acreditar no outro também o potencializa, ou seja, perceber, de alguma forma, que alguém acredita nas suas questões, nas suas verdades, também é uma forma de fazer com que este outro resignifique a sua história. Nesse sentido, salienta-se como a empatia esteve presente ao longo do atendimento à essa

mãe, já que em muitos momentos a psicóloga e a estagiária se viram afetadas pelo sofrimento dela, mesmo que ela própria não o reconhecesse. Kupermann (2009, p. 203) ainda afirma que, “na perspectiva ferencziana, a empatia está referida à capacidade de se deixar afetar pelo sofrimento do outro, e também à capacidade de afetá-lo a partir das próprias experiências de convicção”.

Percebia-se que essa mãe vinha aos atendimentos em razão dos filhos, para conseguir tê-los de volta as suas relações familiares. Ou seja, ela não vinculava os atendimentos às suas próprias fragilidades, mas sim, à forma de poder estar com eles novamente. A psicóloga buscava dar o suporte à ela, para que assim, a mãe conseguisse reconstruir sua história.

Um último aspecto a ser mencionado é o fato de pensar o quanto este outro que busca atendimento psicológico está preparado para acessar certas memórias do seu passado. Ou seja, percebe-se aí a importância do tempo de cada um. Relacionado a isso também, está o fato de pensar as referências que ela teve de sua família de origem, enquanto ocupava os papéis nas relações familiares.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo, a partir de um estudo de caso acompanhado pela estagiária de Psicologia, procurou-se refletir sobre o papel da profissional da Psicologia com vistas a contribuir para uma mudança positiva na forma como uma mãe exerce a maternagem com seus filhos. O aprofundamento dos estudos teóricos sobre esta temática levou a perceber que a psicóloga possui papel fundamental no atendimento às mães que, enquanto filhas e na própria infância, não tenham sido assistidas por uma maternagem positiva, vindo a reproduzir tais experiências negativas na relação com seus filhos. Através de um espaço de escuta, acolhimento e cuidado, tais mães poderão expor e ser ajudadas a pensar sobre suas dificuldades, sobre uma maternagem que talvez não tenham tido, mas que podem vir a exercer com seus filhos.

O papel da psicóloga foi entendido como sendo o de acolher e cuidar este outro, no caso, essa mãe, nas suas limitações e fragilidades, acreditando em suas potencialidades, e sem emitir julgamentos sobre ela enquanto sujeito. Ou seja, produzir a maternagem desta mãe. Em situações como as do caso específico, objeto deste estudo, em que se entendeu por demanda inicial a necessidade de cuidado e

de uma escuta terapêutica com objetivos voltados somente para a mãe, cabe à psicóloga empenhar-se pelo fortalecimento dos vínculos familiares, ainda que isso não se constitua na demanda inicial. Este é também um dos objetivos propostos pelo CRAS, já que ao pensar o caso torna-se relevante olhar para este aspectos.

Perceber a relação transferencial nesse processo foi fundamental, ao passo que, em muitos momentos, a frustração da psicóloga foi vivenciada durante o acompanhamento dessa mãe. Muitas vezes era o desejo da psicóloga que sustentava os atendimentos, de modo que sua preocupação em relação à situação familiar da usuária por vezes parecia maior do que a demonstrada pela própria usuária. Durante o acompanhamento, o senso de percepção da mãe atendida oscilava em relação aos filhos, no sentido de conseguir pensá-los como singulares e separar as próprias questões pregressas das vivências atuais.

Pensando no caso, essa mãe foi o que lhe era possível ser a partir do que havia vivido e trazia como bagagem de sua história. Sendo assim, ela também tem suas limitações, podendo estas serem decorrentes tanto daquilo que vivenciou enquanto ocupava o papel de filha em sua família de origem quanto das dificuldades que enfrentou ao longo da sua vida. Este espaço de escuta produzido pelo atendimento psicológico era o momento em que ela podia pensar suas questões, refletir sobre suas inquietações e angústias.

Essa situação leva a pensar o quanto existem diferentes relações familiares, e o quanto estamos vivendo em busca deste papel de mãe ideal. Pensando no contemporâneo, será possível existir uma mãe ideal? E quais características deveria ter essa mãe? Essas indagações fazem pensar que as mães farão o que lhes for possível, e que não existe uma mãe ideal, e sim uma mãe possível, a partir das suas vivências pregressas. Muitas questões ainda permanecem sem respostas, já que a partir deste estudo muitos outros questionamentos surgiram, sendo necessário novas pesquisas para contemplar as demais questões.

Enfim, este assunto também tem sua importância ao se pensar nas questões que permeiam os casos encontrados na rede pública, bem como em clínicas particulares, e que envolvem decisões judiciais no que diz respeito à guarda de menores, ou mesmo nas questões que tangem às relações familiares. Pensa-se que é possível ter um olhar diferenciado para essas situações, quando o sujeito que se encontra à frente do profissional é percebido em suas singularidades. Mesmo em casos que envolvam questões semelhantes, o que torna singular cada um deles são

os sujeitos envolvidos, suas histórias, suas vivências e os contextos em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A escuta psicanalítica e a educação. **Psicólogo inFormação**, v. 13, n. 13, São Paulo, jan/dez. 2009, p. 91-98. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoinfo/v13n13/v13n13a06.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BENEVIDES, Regina. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 17, n. 2, Porto Alegre, maio/ago. 2005, p. 21-25. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v17n2/27040>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. A psicologia como profissão. In: _____. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 100-113.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. 19. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BOUKOBZA, Claude. Cuidado e prevenção. In: MAIA, Marisa Schargel (org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 207-223.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual informativo: para jornalistas, gestores e técnicos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/067.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2018.

BRASIL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política Pública de Assistência Social**. Brasília: DF, 2007. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/09/relatorio_atuacao_psi_pas.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2018.

CARVALHO, Aline Bergmann de; BESSET, Vera Lopes. Resistência ao cuidado: uma abordagem psicanalítica. In: MAIA, Marisa Schargel (org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 269-284.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências Técnicas para atuação do/a Psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2007. Disponível em:

<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2018.

DETONI, Priscila Pavan; NARDI, Henrique Caetano. Proteção social básica e relações de gênero. **Revista Gênero**, v. 13, n. 1, Niterói, 2012, p. 61-73. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/543/347>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

GUTFREIND, Celso. Narra, ser mãe, ser pai. In: _____. **Narrar, ser mãe, ser pai & outros ensaios sobre a parentalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010, p. 27-103.

GUTMAN, Laura. **A maternidade: e o encontro com a própria sombra**. 5. ed. Rio de Janeiro: BestSeller, 2013.

KUPERMANN, Daniel. Figuras do cuidado na contemporaneidade: testemunho, hospitalidade e empatia. In: MAIA, Marisa Schargel (org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 185-204.

MELLO, Vera Maria Homrich Pereira de. Implicações teórico-clínicas da transgeracionalidade na compreensão de quadros da adolescência atual. In: CASTRO, Maria da Graça Kernet al. **Crianças e adolescentes em psicoterapia: a abordagem psicanalítica**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 162-174.

PEREIRA, Tânia da Silva. O cuidado como valor jurídico. In: MAIA, Marisa Schargel (org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 89-118.

PLASTINO, Carlos Alberto. A dimensão constitutiva do cuidar. In: MAIA, Marisa Schargel (org.). **Por uma ética do cuidado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 53-87.

RODRIGUES, Luciana; GUARESCHI, Neuza M. F.; CRUZ, Lílian Rodrigues da. A centralidade do vínculo familiar e comunitário nas políticas públicas de assistência social. In: _____ (org.) **Interloquções entre a psicologia e a política nacional de assistência social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, p. 11-22. Disponível em: <<https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/03/interlecuc3a7c3b5es-entre-a-psicologia-e-a-pnas.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2018.

ROUDINESCO, Elisabeth. O poder das mães. In: _____. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 147-179.

STELLIN, Regina Maria Ramos et al. Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. **Estilos da Clínica**, v. 16, n. 1, 2011, p. 170-185. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/46113/49738>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

WINNICOTT, Donald Woods. O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In: _____. **A família e o desenvolvimento individual**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 21-28.

ZIMERMAN, David Epelbaum. **Bion**: da teoria à prática – uma leitura dinâmica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.